



PRIMEIRO MINISTRO

**ALOCUÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO E
MINISTRO DA DEFESA E DA SEGURANÇA DA REPÚBLICA
DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE, KAY RALA XANANA
GUSMÃO, POR OCASIÃO DA XV REUNIÃO DOS MINISTROS
DA DEFESA DA CPLP**

**“Análise das Questões Internacionais e Implicações Político-
Militares”**

Lisboa, Portugal

26 de Maio de 2014

Suas Excelências,
Senhores Ministros da Defesa da CPLP,

Suas Excelências,
Senhores Directores Nacionais de Política de Defesa,

Senhores Membros das Delegações dos Estados membros da CPLP,

Senhoras e senhores,

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a organização e, sobretudo, o “timing” desta XV Reunião de Ministros da Defesa da CPLP em Lisboa, o que me permite fazer um périplo atempado a três países da CPLP, à Reunião Interministerial do g7+, em Lomé, e à Guiné Equatorial, como ainda a agradecer a calorosa recepção por parte das autoridades portuguesas, inclusive do próprio Presidente da República.

É uma honra e um prazer estar aqui hoje, com os meus colegas Ministros da Defesa, neste fórum de reflexão, que a CPLP proporciona sobre as questões da Defesa, na busca de um pensamento colectivo, fundamental para a partilha de experiências e necessidades, que é o espírito orientador da cooperação entre nós.

Este é um ano particularmente significativo para nós timorenses, no que se refere à CPLP, já que, como sabem, assumiremos a Presidência da Comunidade em Julho, para o biénio 2014-2016, o que muito nos honra revigorando o nosso sentido de responsabilidade.

É um ano também especial para a própria CPLP já que atingirá a sua maioridade, cumprindo 18 anos desde o momento fundador de 1996.

Numa reflexão sobre questões internacionais que se colocam no âmbito da Defesa, importa referir que Timor-Leste está impedido de certa forma de encarar os problemas mundiais sob perspectivas similares às dos outros membros da CPLP, dada a sua localização geoestratégica tão remota e, como é compreensível, tão diferente.

Entretanto, agradecemos a oportunidade que o contingente português nos concedeu para participar na operação de manutenção de paz no Líbano.

Efectivamente, a nível internacional, os desafios que se nos apresentam, estão muito vinculados à nossa região da Ásia-Pacífico. Sobretudo pela aspiração da adesão à ASEAN, estamos necessariamente atentos às ameaças e desafios que afectam este quadrante mundial.

Dentro desse espaço regional em que Timor-Leste se inscreve, tenho tido oportunidade de participar, nos últimos anos, em dois fóruns de debate internacionais sobre temas de Defesa: a Iniciativa de Shangri-La, em Singapura, e o Diálogo Internacional de Defesa de Jacarta. É de notar que se costuma registar a presença de

representantes das potências militares como os Estados Unidos, da própria Europa, a China, o Japão e a Austrália.

Nesses espaços de reflexão, para além de abordarmos os actuais focos de tensão tanto a nível global como regional, temos acentuado o diálogo permanente na busca de solução pacífica aos problemas. Os apelos e as recomendações destes seminários são produtos de discussões francas e sérias e dizem respeito a tensões desde o Mar do Sul da China à Península Coreana, incluindo certos conflitos internos em cada país.

As ameaças não convencionais merecem sempre uma especial atenção dos vários países, resultando na busca de mecanismos de cooperação mais estreita para um combate efectivo, não só entre vizinhos como num raio mais alargado de acção.

A inovação, se se pode chamar assim, para a questão da utilidade das forças armadas nos tempos de hoje, diz respeito à sua preparação e prontidão para fazer face às calamidades naturais.

Flagelos como os ocorridos nos últimos anos no Japão ou nas Filipinas, as inundações decorrentes do Sudeste Asiático e os ciclones do Pacífico, ou a vitória progressiva do Oceano que vai fazendo desaparecer Kiribati, as Ilhas Marshall ou Tuvalu, são realidades com que a região da Ásia-Pacífico tem que se deparar.

Tudo isto tem vindo a obrigar a um novo alinhamento de objectivos para as forças armadas, capazes de abranger funções mais amplas que as propriamente suas de “manutenção de paz”, porque serão chamadas a intervir para dar resposta aos desastres naturais e para missões de assistência humanitária.

Tendo uma representante sua participado no fórum de Jacarta, as próprias Nações Unidas reconheceram que o profissionalismo e a disciplina dos militares estão na base da sua escolha para futuras missões, deixando aberto também o campo de cooperação entre os países da região.

Timor-Leste, como pequeno país, terá menor capacidade de actuação face a estes problemas, pela limitada capacidade militar e mesmo pelos desafios ao nível da capacitação dos nossos recursos humanos, mas fazemos questão de estar no debate, em especial porque todo este quadro traz implicações para a nossa Defesa Nacional.

A questão das fronteiras marítimas é para Timor-Leste particularmente sensível, uma vez que lutamos hoje em dia pela sua delimitação justa, à luz do direito internacional.

Excelências,

Somos um pequeno Estado insular, onde os nossos recursos costeiros e marítimos assumem uma importância estratégica vital. A cada ano, Timor-Leste perde mais de meia centena de milhões de dólares com a pesca ilegal. Temos também a preocupação da segurança das futuras plataformas de exploração petrolífera.

É neste sentido que Timor-Leste quer reforçar a sua componente marítima, de forma a que possa proteger os interesses e os investimentos que em grande medida guardam o futuro do nosso povo.

Contudo, somos da opinião de que as desigualdades sociais estão e vão continuar a constituir o maior desafio dos nossos tempos, sobretudo em países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, com fracas instituições do Estado e enfrentando difíceis processos de transição democrática.

As desigualdades sociais estão na base de conflitos internos que podem ainda ser transfronteiriços, dificultando muito mais os processos de desenvolvimento económico. Assim, Timor-Leste e a Indonésia assinaram uma Carta de intenções, em Maio de 2012, com vista a promover contactos e debates para o estabelecimento de um plano integrado de desenvolvimento sub-regional, de que fariam parte três províncias da Indonésia mais próximas conjuntamente com Timor-Leste.

Ao conhecer esta estratégia de desenvolvimento sub-regional, o Território do Norte da Austrália mostrou enorme interesse e prevê-se para breve a assinatura de um arranjo trilateral para se efectivar esta visão.

As nossas fronteiras terrestres também apresentam desafios e novas ameaças transnacionais a que temos que dar resposta, como o aumento dos fluxos migratórios ou o tráfico de drogas e de armamento.

A criação da ZEEsM, no enclave do Oecussi, considera já também o envolvimento e mutuamente benéfico das ilhas Indonésias mais próximas.

Assim é que, integrado embora na ASEAN, quando o momento chegar, Timor-Leste deve precaver-se em assegurar a sua própria segurança não só territorial, como da sua população e dos seus interesses estratégicos.

Para fazer face a isso tudo, a assistência técnica é fundamental e Timor-Leste tem beneficiado muito positivamente da cooperação que se vem estabelecendo com os nossos países irmãos lusófonos.

Por isso, eu sugeriria uma reflexão mais profunda acerca das prioridades sobre as quais a nossa Comunidade se deve debruçar, neste campo da Defesa e da Segurança. Na minha opinião, programas demasiado dispendiosos, como é o caso do Exercício Felino, consomem demasiados recursos, sem que seja evidente um impacto para os nossos povos.

Valorizar esse impacto, de uma forma coordenada, deve ser, acima de tudo, o objectivo que nos move.

Frente a cada um dos desafios que se nos apresentam, as soluções hoje em dia não podem jamais ser parciais, uma vez que os nossos interesses não podem actualmente ser percebidos dissociados de uma visão global.

Mesmo os desafios dos países mais pequenos trazem implicações a nível da estabilidade regional e mundial para os países mais consolidados. Pensar conjuntamente nos desafios que nos são comuns em espaços de troca de vivências

como este onde hoje nos encontramos, é, assim, parte essencial do sector da Defesa e da Segurança.

O mundo está a viver uma grande crise de confiança, pela inoperância na salvaguarda dos princípios universais. As sociedades, em desenvolvimento ou menos desenvolvidas, enfrentam uma crise de liderança, e uma falta de visão colectiva sobre interesses comuns para que se possa fazer vingar a passos seguros o compromisso aos valores do mundo moderno e, não raras vezes, em vários continentes, as forças armadas são engajadas como instrumento de repressão às liberdades fundamentais dos cidadãos.

Já que os países membros da CPLP não podem desobrigar-se dos possíveis contributos que cada um dos nossos países tem para com as organizações ou blocos regionais a que nós pertencemos separadamente, teremos que adoptar um novo mecanismo de reforço das nossas cooperações nos sectores da Defesa e da Segurança, a fim de sermos promotores dos Direitos Humanos, promotores da estabilidade social e servidores do povo em caso de grandes emergências.

Usfruamos deste espaço de partilha fraterna para reforçar os vínculos de cooperação que assimilem uma real concepção do mundo como ele hoje se configura neste contexto de globalização, que vê estreitar a distância que nos separa abreviando a imensidão dos Oceanos, que faz dos desafios de uns os desafios de todos, e que faz dos nossos povos, afinal, uma grande comunidade de sonhos, de valores, de justiça social e de solidariedade humana.

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão
26 de Maio de 2014